



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 4414/2025

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2025.

Processo nº 0471491-77.2012.8.19.0001,
ajuizado por **A. N. D. S. B.**

Em atenção ao Despacho Judicial (fl. 1519), seguem as informações.

Trata-se de Demanda Judicial (fl. 1513), com pleito de **inclusão** do equipamento **cadeira de rodas motorizada**.

Resgata-se que, encontram-se acostados aos autos processuais os PARECERES TÉCNICOS/SES/SJ/NATJUS Nº 2902/2012 (fls. 20 a 22), Nº 3239/2019 (fls. 362 a 367) e Nº 0115/2022 (fls. 953 a 956); emitidos respectivamente em 21 de dezembro de 2012, 03 de outubro de 2019 e 27 de janeiro de 2022; e nos quais foram esclarecidos os aspectos relativos à condição clínica da Autora – **mielomeningocele lombossacra, hidrocefalia com DVP** e bexiga e intestino neurogênicos, à indicação de uso e ao fornecimento, no âmbito do SUS, dos itens pleiteados **cloridrato de lidocaína 2% - gel** (Xilocaína®) e **cloridrato de oxibutinina 1mg/mL** e aos insumos **sonda uretral nº 08, fralda descartável infantil extra G, gaze não estéril, sonda uretral de Nelaton nº 12** e ao equipamento cadeira de rodas em alumínio (Ortobras®).

Posteriormente a elaboração dos pareceres supramencionados, foi apensado novo documento advocatício com pleito de inclusão do equipamento **cadeira de rodas motorizada** (fl. 1513). De acordo com o relatório médico (fls. 1514 e 1515), emitido em 16 de setembro de 2025, em impresso da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação – Pioneiras Sociais, a Autora com 18 anos de idade, é portadora de **mielomeningocele, hidrocefalia, bexiga e intestinos neurogênicos, déficit intelectual, depressão e cadeirante prévia para médias e longas distâncias**. Foi submetida a cirurgia para liberação de medula ancorada em 2022, em função da piora da deambulação. Após o procedimento cirúrgico para liberação medular, retornou o deslocamento com pequenos passos, no entanto necessita de apoio integral e uso de órteses. Tendo benefício do uso de **cadeira de rodas motorizada** com as especificações técnicas prescritas, para maior autonomia e participação nas atividades fora de domicílio.

A **cadeira de rodas** é considerada um meio auxiliar de locomoção pertencente ao arsenal de recursos de tecnologia assistiva. Pode ser utilizada por pessoas que apresentam impossibilidade, temporária ou definitiva, de deslocar-se utilizando os membros inferiores, permitindo sua mobilidade durante a realização das atividades de vida diária e prática. A ideia de suprir essas necessidades possibilitou a criação de diferentes *designs* de cadeiras de rodas que diferem em forma, material, peso, durabilidade e custo¹. A **cadeira de rodas motorizada** é um equipamento que auxilia pessoas que não conseguem utilizar nenhum tipo de cadeira de rodas de propulsão manual. Ela é equipada com um motor elétrico de propulsão, permitindo que estes indivíduos sejam

¹ GALVÃO, C. R. C.; BARROSO, B. I. L.; GRUTT, D. C. A tecnologia assistiva e os cuidados específicos na concessão de cadeiras de rodas no Estado do Rio Grande do Norte. Cadernos de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 11-8, 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/725/409>>. Acesso em: 24 out. 2025.



capazes de conduzir sua própria cadeira de rodas e, assim, alcançar um nível significativo de mobilidade, autonomia e independência².

Destaca-se, de acordo com o relatório nº 50 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC)³, que a **cadeira de rodas motorizada** é um equipamento que auxilia pessoas que não conseguem utilizar nenhum tipo de cadeira de rodas de propulsão manual. Ela é equipada com um motor elétrico de propulsão, permitindo que estes indivíduos sejam capazes de conduzir sua própria cadeira de rodas e, assim, alcançar um nível significativo de mobilidade, autonomia e independência. Está **indicada somente** às pessoas que apresentarem **incapacidade de deambulação, ausência de controle de tronco**; cognição, audição e visão suficientemente preservadas, condições ambientais favoráveis para o manejo do equipamento, **e uma das seguintes condições: diminuição ou ausência de força muscular de membros superiores que impossibilite a propulsão manual**; ausência de membros superiores; ou rigidez articular que impeça a realização ativa de propulsão da cadeira de rodas⁷.

Cumprir informar, que em consulta ao documento médico acostado aos Autos (fls. 1514 e 1515), não foram localizadas informações quanto a funcionalidade de membros superiores da Requerente, que inviabilize a propulsão manual da cadeira de rodas. Diante o exposto, **este Núcleo fica impossibilitado de inferir a cerca da indicação do equipamento pleiteado cadeira de rodas motorizada**.

Portanto, caso persista a necessidade de pronunciamento técnico por este Núcleo, acerca da indicação do equipamento cadeira de rodas motorizada, ora pleiteado, sugere-se de um novo documento médico atualizado, que descreva se a Autora apresenta alguma disfuncionalidade em membros superiores, que impossibilite a propulsão da cadeira de rodas manual, conforme os critérios de elegibilidade definidos pela Conitec.

Quanto a disponibilidade, informa-se que o equipamento **cadeira de rodas motorizada** pleiteado **está coberto pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual consta: cadeira de rodas motorizada adulto ou infantil, sob o código de procedimento: 07.01.01.022-3.

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumprir salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde⁴.

² BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Comissão Nacional de incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC). Relatório nº 50 - Procedimento cadeira de rodas motorizada na tabela de órteses, próteses e materiais especiais não relacionados ao ato cirúrgico do SUS. Brasília (DF), 2013. Disponível em: <<http://conitec.gov.br/images/Incorporados/CadeiradeRodasMotorizada-final.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2025.

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Comissão Nacional de incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC). Relatório nº 50 - Procedimento cadeira de rodas motorizada na tabela de órteses, próteses e materiais especiais não relacionados ao ato cirúrgico do SUS. Brasília (DF), 2013. Disponível em: <<http://conitec.gov.br/images/Incorporados/CadeiradeRodasMotorizada-final.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2025.

⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 24 out. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

A Deliberação CIB-RJ n.º 6.262, de 17 de setembro de 2020, repactua a grade de referência da **Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)** no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

A dispensação, confecção, adaptação e manutenção de órteses, próteses e **meios auxiliares de locomoção (OPM)**, são de **responsabilidade das oficinas ortopédicas**. Tais oficinas devem estar articuladas e vinculadas a estabelecimentos de saúde habilitados como **Serviço de Reabilitação Física** ou ao **CER com serviço de reabilitação física**⁵.

O fluxo administrativo para a obtenção das órteses e dos meios auxiliares de locomoção, no município do Rio de Janeiro, consiste no encaminhamento dos usuários, via Sistema Nacional de Regulação (SISREG), pela unidade básica de saúde de referência⁶, à uma das instituições da **Rede de Reabilitação Física do Estado do Rio de Janeiro**⁷, a saber: **Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação/ABBR** ou **Instituto Municipal de Reabilitação Oscar Clark**.

Em consulta à plataforma do **SISREG III**, informa-se que não foi localizada a inserção recente da Autora para acesso ao equipamento pleiteado – **cadeira de rodas motorizada**.

É o parecer.

À 7ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n.º 793, de 24 de abril de 2012. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html>. Acesso em: 24 out. 2025.

⁶ Prefeitura do Rio de Janeiro. Serviços de Reabilitação. Disponível em: <[https://carioca.rio/servicos/atendimento-em-centros-de-reabilitacao/#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20do%20Rio%20de,\(21\)%203460%2D1746.>](https://carioca.rio/servicos/atendimento-em-centros-de-reabilitacao/#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20do%20Rio%20de,(21)%203460%2D1746.>)>. Acesso em: 24 out. 2025.

⁷ Deliberação CIB n.º 1273 de 15 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/73-2011/abril/2075-deliberacao-cib-n-1273-de-15-de-abril-de-2011.html>>. Acesso em: 24 out. 2025.